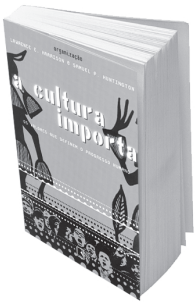
A CULTURA IMPORTA: OS VALORES QUE DEFINEM O PROGRESSO HUMANO

Por **Carlos Osmar Bertero**

Chefe do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos (ADM) e Professor da FGV-EAESP.

E-mail: cbertero@fgvsp.br



A CULTURA IMPORTA: OS VALORES QUE DEFINEM O PROGRESSO HUMANO

De Lawrence E. Harrison e Samuel P. Huntington (Orgs.)

Rio de Janeiro : Record, 2002. 460 p.

O livro é formado por 22 trabalhos inéditos de diversos autores, incluindo os capítulos dos próprios organizadores, que estão distribuídos em sete seções. Os trabalhos agrupam-se em função do impacto que a cultura pode ter sobre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento político, sobre as relações de gênero e a promoção de mudanças. Há uma seção especial dedicada à chamada "Crise Asiática", onde estão agrupados três capítulos envolvendo valores asiáticos, os diversos caminhos da modernização que tem atingido a Ásia e outro sobre como fazer negócios naquele continente face às diferenças no direito e nos laços familiares em comparação com a cultura do Ocidente.

A seção mais longa é a dedicada ao desenvolvimento econômico, na qual encontramos sete capítulos de renomados autores, como David Landes, Jeffrey Sachs e Michael Porter. Parece emergir que a cultura tem importância definitiva para o desenvolvimento econômico, chegando a ser o fator mais importante, no entender de David Landes, que, antes desse capítulo, dedicou um livro inteiro à questão – *Causas da Riqueza e da Pobreza das Nações*. Todos os autores enunciam com clareza a importância da cultura e não se intimidam em afirmar que há culturas que favorecem mais o desenvolvimento econômico, outras menos e algumas que podem até ser inibidoras. O grande e histórico exemplo é o próprio Ocidente, que, a partir do final da Idade Média, passou a se distanciar das demais culturas, atingindo o nível de riqueza e desenvolvimento de que hoje desfruta. Landes lembra que, na Baixa Idade Média européia, a China e o mundo islâmico eram mais ricos, mais sofisticados e motivo de busca e imitação pela Europa Ocidental. O distanciamento do Ocidente deu-se graças a fatores culturais, como a liberdade para empreender, o respeito à instituição da propriedade privada, o individualismo, a instrumentalização da razão etc. Os argumentos de Landes em boa medida retomam os tópicos classicamente tratados na sociologia por Max Weber. Já Michael Porter fala-nos da

importância da cultura nacional para que uma economia tenha empresas competitivas. Segundo ele, a competitividade de uma nação é determinada pela competitividade de suas empresas. O trabalho de Porter está voltado a demonstrar que o país de origem, ou aquele onde a empresa tem sua sede, é que determina sua competitividade. Empresas que têm origem em economias e culturas mais competitivas levarão tal competitividade a outros países onde venham a operar.

O capítulo de Daniel Etounga-Manguelle chega a propor um "ajuste cultural" para os países africanos, feito na medida exata de introduzir ou fortalecer, quando já existirem, traços da cultura ocidental ligados a trabalho, concepção e uso do tempo. A matéria de cunho simplesmente jornalístico de Carlos Albert Montaner sobre a América Latina, focado nas elites do subcontinente, procura demonstrar que, em uma sociedade de formato oligárquico, o papel das elites é decisivo, com o que é difícil discordar. No caso latino-americano, essas elites – intelectuais, sindicais, políticas, eclesiásticas e empresariais – são danosas ao desenvolvimento econômico.

A seção dedicada ao impacto da cultura sobre o desenvolvimento político contém três capítulos, um de Ronald Inglehart, outro de Francis Fukuyama e o terceiro de Seymour M. Lipset e Gabriel Salma Lenz sobre corrupção, cultura e mercados. Essa seção é a que contém possivelmente os trabalhos de melhor qualidade acadêmica. O trabalho de Inglehart utiliza uma base de dados do World Value Survey que incluem 50 sociedades. O *survey* usa a classificação de culturas enunciadas por Samuel Huntington em seu texto *O Choque de Civilizações*, evidenciando que existe uma clara associação entre regimes democráticos e desenvolvimento econômico. Todavia, isso não implica uma relação mecânica, ou seja, dado o desenvolvimento econômico, segue-se um desenvolvimento político na linha da democracia representativa. Na verdade, formas de poder e regimes de governo que precedem o surto de crescimento econômico tendem a prevalecer ainda por algum tempo. O caso da China seria hoje o mais ilustrativo, na medida em que se tem um país que apresenta as mais elevadas taxas de crescimento, mas, mantém, um sistema político autoritário e discricionário.

Há ainda lugar para uma seção que envolve o debate antropológico, a saber, até que ponto falar em culturas não cria incômodos e suscita debates extremamente delicados. Isso porque associar cultura com mudança social, econômica e política implica avaliar culturas e afirmar que algumas culturas são mais propensas a produzir os referidos desenvolvimentos do que outras. Ora isso pode parecer um retorno a raízes da antropologia que muitos antropólogos gostariam de ver esquecidas – memórias do início da ciência no século XIX, como o estudo de sociedades então chamadas de "primitivas" –, ora a antropologia marchou em direção ao pluralismo. Todo antropólogo que se preze fará profissão de fé pluralista. Dizer que cultura importa seria pelo menos uma atitude politicamente muito incorreta para a maioria não só de antropólogos, mas também dos demais cientistas sociais.

Sem que nos detenhamos nas seções restantes do livro, mencionaria apenas que há seções dedicadas a relações entre cultura e gênero, minorias norte-americanas, crise asiática e promoções de mudanças.

O texto é muito oportuno por diversas razões. Durante toda a segunda metade do século XX o crescimento econômico foi tratado de uma perspectiva quase que exclusivamente econômica. Atualmente, reconhece-se que a questão econômica pode ser muito importante para ser entregue apenas aos economistas. Dessa forma, a retomada do debate, trazendo as perspectivas da antropologia, da história e de outras ciências sociais, tem como efeito imediato o enriquecimento da discussão e a abertura de novas portas. Não chega a ser absolutamente nova, se incluirmos o clássico de Max Weber sobre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo,* que pode ser visto como a primeira importante colocação do debate econômico fora e além de parâmetros puramente econômicos.

Questão particularmente delicada quando se fazem análises culturais é a dos valores envolvidos, pois toca em uma questão tradicional das ciências sociais. No limite, até que ponto elas podem ser vistas como apoiadas em juízos de fato e até que ponto se admite ou mesmo se advoga que elas envolvem obrigatoriamente juízos de valor? Falar sobre culturas e compará-las ou relacioná-las com desenvolvimento econômico, político, social, questões de gênero etc. equivale a julgar culturas, ou seja, em adentrarmos um universo claramente de valores. O pluralismo e a hoje tão decantada "correção política" impediria que se o fizesse. Mas, na verdade, rodamos em círculos, porque mesmo os que advogam a chamada neutralidade científica ou o pluralismo, ao fazê-lo, estão implicitamente adotando valores. Portanto, possivelmente não há razões para que se mantenha um falso pudor científico e, sim, que se reconheça que de fato a cultura importa. Mesmo sendo "incorretos", estaremos em boa companhia no mundo das ciências sociais.